



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 024/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 11324/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucurituba.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sr. Pedro Amorim Rocha, Prefeito Municipal.
- 6- **Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo nº 24/2015-DICAMI, às 3486/3531.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 697/2015, fls. 3532/3535, da Procuradora de Contas Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares.
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucurituba. Exercício de 2013.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando ao Poder Legislativo Municipal de Urucurituba a **APROVAÇÃO, COM RESSALVAS**, da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Urucurituba, referente ao exercício 2013, de responsabilidade do Sr. **Pedro Amorim Rocha**, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91, art. 1º, I e artigo 29, III da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 5º, I, e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, II, da Resolução nº 04/02 (Regimento Interno TCE-AM).



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 024/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10- Ata:** 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 13 de maio de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador-Geral, em substituição.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro Convocado

**ADEMIR CARVALHO PINHEIRO**  
Procurador-Geral, em substituição

Este documento foi assinado digitalmente por ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: B733801B-06661DA7-67A6955C-011DBD9A



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 024/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 024/2015)

1- **Processo TCE nº 11324/2014.**

2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.

3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucurituba.

4- **Exercício:** 2013.

5- **Responsável:** Sr. Pedro Amorim Rocha, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas.

6- **Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo nº 24/2015-DICAMI, às 3486/3531.

7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 697/2015, fls. 3532/3535, da Procuradora de Contas Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares.

8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucurituba. Exercício de 2013.

*Contas regulares com ressalvas. Multas. Instauração da cobrança executiva e posterior inscrição do débito na Dívida Ativa, no caso de não recolhimento dos valores da condenação. Recomendação à Prefeita Municipal.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**9.1 – À unanimidade:**

**9.1.1 - Julgar REGULAR, COM RESSALVAS**, a Prestação de Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Urucurituba, relativas ao exercício de 2013, sob responsabilidade do Sr. Pedro Amorim Rocha, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, e art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;

**9.1.2 - RECOMENDAR** a Prefeitura Municipal de Urucurituba:



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 024/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 024/2015)**

- a) Que cumpra o prazo estabelecido no prazo estabelecido no art.4º da Resolução TCE nº 07/02 c/c o parágrafo 1.º, art. 15, da Lei Complementar n.º 06, de 22/01/91, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000.
- b) Que cumpra o prazo estabelecido no artigo 20, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 c/c o art.29, da Lei n.º 2.423/96 e art. 185, § 2º, II, alínea “a” do Regimento Interno.
- c) Que cumpra o que determina os artigos 31 e 74 da CF/88, art. 45, da Constituição Estadual, c/c o art. 43, da Lei nº. 2.423/96 acarretando riscos operacionais e descontrole das contas públicas; - Cumprir o artigo 49 da LRF.
- d) Que observe os arts. 94,95 e 96 da Lei 4.320/64.
- e) Que cumpra o que determina os artigos art. 4º, II da Resolução n.º 15/2013 com a redação dada pela Resolução n.º 24/13;
- f) Que cumpra o que determina os artigos art. 4º, III da Resolução n.º 15/2013 com a redação dada pela Resolução n.º 24/13 - Realizar concurso público com a finalidade de constituir quadro de pessoal de carreira próprio para desempenho de funções permanentes.
- g) Cumprir o art. 94,95 e 96 da Lei 4.320/64;
- h) Cumprir o art. 164, § 3º da CF/88.
- i) Cumprir a Resolução n. 07/2002, conforme art. 308, inciso I, alínea "b", da Resolução 04/2002.
- j) Cumprir o art. 27 caput c/c parágrafo único da Lei 11. 494/07. E comunique ao Ministério da Educação para providências cabíveis.
- k) Que cumpra art. 259 c/c 260 da Resolução TCE n.º 04/2002.
- l) Cumprir o art. 24 da Lei nº 11.494/2007, conforme expresso no art. 25 da citada lei c/c o exposto no art. 30, inciso III, da Resolução nº 04/98 TCE AM.
- m) Cumprir o art. 20, parágrafo único da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- n) Cumprir o art. 23, § 1.º, § 2º, § 5º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**9.1.3 - Dar quitação ao responsável, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.**



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 024/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 024/2015)**

**9.2 – Por maioria, nos termos do voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva:**

**9.2.1** - Aplicar MULTA ao Sr. **Pedro Amorim Rocha**, com fulcro no artigo 308, II, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no montante de **R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos)**, ou seja, 1.096,03 x 12, relativo ao atraso na remessa das informações ao ACP nos meses de janeiro a dezembro;

**9.2.2** - Fixar o prazo de **30 (trinta) dias** para o recolhimento da multa no montante de **R\$ 13.152,36** aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

***Vencido o Relator, Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que votou pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.***

**10- Ata:** 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 13 de maio de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador-Geral, em substituição.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Relator

**ADEMIR CARVALHO PINHEIRO**  
Procurador-Geral, em substituição

Este documento foi assinado digitalmente por: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spe/pe> e informe o código: B733801B-06661DA7-67A6955C-011DBD9A